



A crise no México

Após ser considerado um modelo para quem deseja aplicar um plano de estabilização econômica na receita neoliberal, o México vive, no momento, uma situação caótica. O seu crescimento, registrado nos últimos anos, beneficiou apenas uma parte mínima da população do País, exatamente a de mais recursos financeiros. Os assalariados que, em 1980, se apropriavam de 36% do PIB passaram, doze anos depois, a deter só 27%. No ano de 1992, os 20% mais ricos da população ficavam com 54,2% do PIB, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 4,3%.

O Plano Econômico aplicado no México pelos neoliberais, de acordo com a receita definida no Consenso de Washington, pregava privatizações, ajuste fiscal e abertura econômica. Resultado: uma tendência cada vez maior para a desindustrialização e uma redução no nível de empregos. Junta-se a esses fatores, a desnacionalização da economia, um dos problemas mais grave do modelo de crescimento baseado na cartilha neoliberal.

Os números deixam clara a redução do nível de empregos. Em 1989 foram criados 275 mil empregos. Em 1994 (apenas nos quatro primeiros meses) foram extintos mais de 74 mil empregos. Isto deve-se ao fato das importações estarem substituindo a produção nacional. Grande parte das pequenas e médias empresas fechou nos últimos anos. Essa tendência se consolidou com a vigência do Nafta.

Com a desnacionalização, as empresas mexicanas viram-se diante de uma competição para a qual não estavam preparadas. As importações ficaram mais baratas que a produção

local. Para agravar ainda mais a situação, o país defronta-se com o peso terrível de sua dívida externa, que chega a mais de 68% do PIB do México.

O déficit comercial aumentou. No ano de 1988 o México apresentava um superavit, sem maquiagem, de US\$ 845 milhões. Em 1994, a situação



era outra: o país registrava um déficit de US\$ 20,6 bilhões. Após o ingresso no Nafta, além do aumento de desemprego e da desindustrialização, o México viu-se a frente com uma polarização social e com o agravamento de sua dependência. Até o setor agropecuário foi muito prejudicado, uma vez que as importações neste setor deixaram entrar no país, livre de tarifas, até dois e meio milhões de toneladas de grãos de cereais por ano.

Sem perspectiva de solução a curto prazo e correndo o risco de naufragar ainda mais com a desvalorização de sua moeda e a brutal elevação das taxas de juros, o México é hoje a vergonha da receita neoliberal.

O governo norte-americano vem pressionando o México para que a renda petroleira sirva como garantia ao empréstimo de US\$ 40 bilhões que os Estados Unidos se propõem a conceder. A proposta é de que o produto da venda mexicana de petróleo seja colocado no Federal Reserve (banco central norte-americano). Este fundo serviria de garantia ao empréstimo.

É muito provável que outras condições sejam impostas ao México, que enfraquecido nem mesmo tem como negociar. Os parlamentares norte-americanos contrários à ajuda vêm fazendo uma lista delas. Uma das exigências em cogitação é de que o México realize uma reforma monetária, já que aquele país deixou de ser a menina dos olhos dos neoliberais.

O presidente mexicano, Ernesto Zedillo, comprometeu-se a não desnacionalizar o setor energético e nem incluí-lo como tema de reflexão. Promete ainda que o petróleo não deve servir de base para as negociações sobre financiamento dos Estados Unidos. Mas a realidade desmente o presidente do México.

Sua crise reflete-se em outros países. Na Argentina teme-se o efeito mexicano pois as taxas de juros sobem e a crise se avizinha com novo plano a ser anunciado como remédio amargo. No Brasil, o caos do México já levou a um desequilíbrio no mercado financeiro. É evidente que o modelo neoliberal de estabilização não está dando certo. Será que o Brasil está aprendendo a lição e pondo as barbas de molho?

As perdas da Petrobrás

Os preços dos combustíveis derivados de petróleo foram, nos últimos 13 anos, corrigidos com índices abaixo da inflação do período. Além disso, o sistema Petrobrás perde também com o aumento de impostos governamentais e a crescente elevação da parcela das distribuidoras. Nos últimos quatro anos, a parcela da Petrobrás, em relação ao preço ao consumidor, diminuiu de 37% para 20%, enquanto a das distribuidoras aumentou de 9% para 18% e a de impostos passou de 26% para 34%.

Até a criação do Real, a maior perda da Petrobrás na comercialização dos combustíveis ocorria porque a empresa era "obrigada" pelo Departamento Nacional de Combustíveis a vender para as distribuidoras a prazo, sem cobrar os encargos financeiros correspondentes. Ao final de 1993, a esta perda acrescentaram-se os grandes reajustes que o Governo concedeu às distribuidoras. O absurdo

era de tal ordem que levou o então Deputado Federal Paulo Ramos a preparar uma representação ao Procurador Geral da República. Quando surgiu a URV, devido às diferentes moedas de comercialização, o Governo aumentou o percentual dos donos de postos de 9% para 11%, em relação ao preço ao consumidor.

Nos dois últimos anos, a AEPET enviou quatro cartas ao então Presidente da República, Itamar Franco, sem que houvesse qualquer solução para o problema dos preços dos combustíveis. Se o Brasil adotasse uma estrutura de preços idêntica a dos Estados Unidos o consumidor poderia pagar pela gasolina um preço 53,75% inferior ao atual, isto sem penalizar a Petrobrás, que continuaria com seus investimentos normais. Todos ganhariam, menos as distribuidoras, que perderiam o lucro fantástico atual. Por que o Governo não estuda o assunto?

Você Sabia?

CAUTELA

O economista Albert Hirschman, professor da Universidade de Princeton e guru do atual governo do Brasil disse, durante a posse de FHC, que é preciso cautela diante da privatização. "Há setores em que nem sempre é recomendável a venda ao setor privado."

NA RÁDIO

De 2ª a 6ª feira, das 7h30m às 9 h, na Rádio Guanabara, 1360 KHz está no ar o programa **FAIXA LIVRE** que apresenta informações das empresas estatais sempre defendendo a Soberania Nacional. À frente estão Ricardo Bueno e Álvaro Queiroz. Não perca!

DESAPARECIMENTO

Onde estará o US\$ 1 bilhão desaparecido da Balança Comercial de dezembro? O governo gratifica a quem informar.

EFICIÊNCIA

A Petrobrás, graças a sua eficiência, vendeu e vende seus produtos na porta de refinarias por preços abaixo dos internacionais. Hoje cerca de 20% inferiores. Ao comercializar tais produtos com este nível de preços, a empresa transfere para a sociedade um ganho de cerca de US\$ 2 bilhões, ao ano.

Empréstimos Públicos

Apagar as luzes do governo Itamar Franco uma comissão formada por parlamentares do Rio de Janeiro, entre os quais, os Deputados Federais Jandira Feghali e Ronaldo Cezar Coelho, pelo governador do Estado, Marcelo Alencar e pelo conselheiro da AEPET, Wagner Viter, esteve com o então Ministro da Fazenda, Ciro Gomes e o Presidente da República reivindicando a revogação de

Resoluções do Conselho Monetário Nacional que representavam uma obstrução legal para que empresas estatais obtivessem financiamento público. O êxito da missão foi completo e, a partir de agora, qualquer banco, inclusive o BNDES, pode conceder empréstimo às estatais. O setor naval do Rio de Janeiro será o primeiro beneficiado.

Reunião do Conselho

Mais uma reunião do Conselho Deliberativo da AEPET foi realizada, ao final do ano passado, com a presença da diretoria e dos presidentes de todos os núcleos da Associação. Discutiram-se temas de interesse geral, como orçamento da Petrobrás e constrangimentos legais, privatização, gasoduto Brasil-Bolívia e reforma constitucional. A participação de todos os núcleos tornou o encontro um dos mais proveitosos já realizados.

Informe AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)
- Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar Centro - RJ - Cep: 20031-000 - Tel.: 220-4774
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra
- Diagramação e Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte - Tel.: 220-5757
- Reprodução permitida, desde que citada a fonte



CARTAS



Presidente da AEPET,
Fernando Siqueira

Fico-lhe muito agradecido pelo copioso e eficiente material com que a Petrobrás e a AEPET têm procurado dar resposta aos inimigos do monopólio estatal do petróleo.

Ele é irrespondível e inquestionável em sua objetividade, e precisamente por isso, jornais e revistas de grande circulação não querem dar boa acolhida.

Continuo pensando numa forma de secundar esse patriótico esforço de não apenas defender o que é nosso, conquistado com tanto sacrifício, mas de assegurar tranquila continuidade ao processo de emancipação nacional.

Com um cordial abraço
Ênio da Silveira, editor
da Civilização Brasileira

Ao Jornalista
Carlos Chagas(6/12/94)

Queremos parabenizá-lo pelo excelente artigo "**Muito cuidado para a volta dos cara-pintadas**" publicado na edição da Tribuna da Imprensa, do dia 30 de novembro último. No momento em que o presente e o futuro da Nação preocupam a maioria dos brasileiros, é muito oportuna uma opinião de tal forma equilibrada e analítica.

Somente através de uma imprensa sadia e ética, da qual o senhor faz parte, é que conseguiremos manter a soberania da Nação brasileira e o bem estar de nosso povo, já tão sacrificado por vários políticos. Estamos sempre a sua disposição

Atenciosamente
Fernando Siqueira,
presidente